



14.1.1.1 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

14.1.2 Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (§3º da Lei nº 8.666/93);

14.1.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

14.1.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

14.1.5 Os atestados apresentados poderão ser diligenciados de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, oportunidade em que o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

15. SANÇÕES

15.1 Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais, garantida a prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multa nas seguintes condições:

INADIMPLEMENTO/CONDUTAS	SANÇÕES	INCIDÊNCIA
Atraso injustificado na entrega na prestação dos serviços conforme previsto em contrato, limitada a incidência de 30 (trinta) dias.	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato - limitado a incidência de 30 (trinta) dias.	
Deixar de cumprir os itens 7.7 e 10.7 deste documento.	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, limitado a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.	Por dia e veículo
Deixar de cumprir os itens 7.14 e 7.19 deste documento.	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do mensal do contrato limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.	Por dia e veículo
Deixa de executar o contrato parcialmente.	Multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato	
Deixa de executar o contrato totalmente.	Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato.	

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 14.1 – III.

V – impedimento de licitar e contratar nos termo do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.